

ANA PAULA DO PRADO CARDOSO

**VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NO JUIZADO ESPECIAL
FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**



Brasília (DF)

2007

ANA PAULA DO PRADO CARDOSO

**VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NO JUIZADO ESPECIAL
FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

**Monografia apresentada ao Curso de
especialização Telepresencial e Virtual em
Direito Constitucional, na modalidade Formação
para o Magistério Superior, como requisito
parcial à obtenção do grau de especialista em
Direito Constitucional**

**Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP
Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes - REDE LFG**

Orientador: Prof. Roberto Mattos Abrahão

Brasília (DF)

2007

ANA PAULA DO PRADO CARDOSO
VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NO JUIZADO ESPECIAL
FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional, na modalidade Formação para o Magistério Superior, e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade do Sul de Santa Catarina, em convênio com o Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e com a Rede Ensino Luiz Flávio Gomes – REDE LFG.

Brasília, 15 de outubro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao amigo Juiz Federal Moacir Ferreira Ramos pelas lições diárias, que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada por me guiar, como profissional do Direito, ao caminho da honestidade e da justiça.

Agradeço à equipe de informática do Juizado Especial Federal Virtual do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, meus sinceros agradecimentos por me proporcionarem a experiência que motivou este trabalho.

Agradeço ao professor Roberto Mattos Abrahão, pela atenção dispensada para a entrega desta monografia.

Agradeço aos colegas e professores de curso, pela valiosa troca de ensinamentos.

E, acima de tudo, agradeço a Deus, pois sem Ele não seria possível concluir mais essa etapa em minha vida.

RESUMO

Considerando o comando constitucional de prestação de serviço público eficiente e a busca de meios que garantam a celeridade da tramitação processual, a explosão das demandas judiciais, os limitados recursos materiais e pessoais do Judiciário, especialmente da Justiça Federal, a clientela de baixa renda que procura os Juizados Especiais Federais e que muitas vezes dependem do resultado da ação para sobreviver, bem como a possibilidade de utilização da informática como aliada da atividade judiciária, foi idealizado o sistema virtual pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que propõe o processamento eletrônico da ação, desde o ajuizamento até a solução final. Não obstante as dificuldades enfrentadas para a implantação do sistema e os óbices que impedem o seu maior aproveitamento, muitos são os benefícios já evidenciados pela utilização do sistema virtual, que contribuem para a maior eficiência do Poder Judiciário.

Palavras-chave:

Poder Judiciário. Juizado Especial Federal. Virtualização. Informática. Tecnologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1	12
Histórico	
CAPÍTULO 2	
Sistema Virtual no Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal	
2.1 Origem	15
2.2 Características e funcionamento do sistema virtual	17
2.3 Dados estatísticos	21
CAPÍTULO 3	
Comentários à Lei 11.419/2006	26
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Muitas foram as propostas realizadas até hoje na tentativa de agilizar a máquina judiciária, sem, contudo, lograrem solucionar o histórico problema da morosidade na tramitação dos processos, que gera desconfiança e descrédito na Justiça brasileira, motivo pelo qual se faz necessária a adoção de novas alternativas que garantam maior eficiência ao Poder Judiciário.

É notório que nos dias atuais o uso da informática já faz parte do cotidiano dos brasileiros, sendo responsável pela constante transformação da sociedade, devendo o Poder Judiciário acompanhar os avanços tecnológicos, tirando proveito das facilidades propiciadas por essa evolução, a fim de oferecer novas formas de prestação jurisdicional, sob pena de criar um abismo entre o mundo jurídico e o mundo real.

As atuais facilidades garantidas pela tecnologia, tais como, acompanhamento do andamento processual pela *internet*, visualização de decisões, pesquisa de jurisprudência, entre outras, embora garantam uma maior facilidade aos operadores do direito, ainda são tímidas em relação às possibilidades de inovações tecnológicas que garantam uma Justiça mais célere.

Nesse contexto, foi implantado em 2003 o Juizado Especial Federal Virtual da Seção Judiciária do Distrito Federal, que propõe o processamento eletrônico da ação, desde o ajuizamento até a solução final.

É indubitoso que certas formalidades exigidas para o processamento da ação contribuem para a lentidão do Poder Judiciário, tais como, carimbos,

numeração de páginas, rubricas, colchetes, costura de capas, elaboração de documentos para publicação na imprensa oficial, etc.

A Justiça Virtual foi planejada para que, utilizando-se novos métodos, mais eficientes, seguros e econômicos, tais procedimentos cartorários, antes tidos por indispensáveis, sejam extintos.

Além disso, o acesso direto dos autos através da *internet* pelos advogados e pelas partes, com a possibilidade de envio eletrônico de petições, diminui as filas nos balcões dos cartórios, economiza papel, tinta de impressão, aquisição e manutenção de impressoras e máquinas de xerox, mobiliário e espaço para armazenamento dos processos, garante maior publicidade dos atos processuais, facilita o acesso ao Judiciário, dentre outras inúmeras vantagens.

A este respeito, cumpre trazer o seguinte trecho extraído das Propostas da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal:

Com a mídia digital o Juiz é levado, naturalmente, a procurar e obter resultados rápidos na composição da lide, efetivos e diretos, mas gratificantes, e que o tornam mais realizado na função de judicar. É despertada, ou enfatizada, a consciência de sua importância decisiva para a solução da causa, cujos resultados são antevistos e tornam-se mais próximos, afastando a frustrante sensação da inutilidade de seus esforços e atuação, simples juízo de passagem, que pouca ou nenhuma influência tem na decisão final da causa, se o processo se prolonga por anos, meia década, ou mais (...).¹

Ocorre que, apesar da manifesta vantagem na adoção deste sistema, muitos são os óbices que impedem seu maior aproveitamento, tais como, a recente edição de norma específica para o processamento eletrônico, o choque cultural, a tradição do uso de papel, ausência de treinamento suficiente dos usuários, cartórios não equipados o bastante, entre outros.

Este trabalho pretende analisar os benefícios propiciados pelo sistema virtual, bem como as dificuldades encontradas para sua operacionalização e, através dos dados obtidos, examinar as possibilidades para seu efetivo aproveitamento na

¹ FEDERAL, Conselho da Justiça. *Propostas da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal*. Vol. 2. 2003, p. 242.

busca de uma Justiça mais célere e eficaz, sem, contudo, esgotar a problemática dessa recente realidade.

1. HISTÓRICO

Inspirada no sistema norte-americano, a Justiça Federal foi criada logo após a proclamação da República, pelo Decreto 848, de 11.10.1890 (antes, portanto, da Constituição Republicana de 1981), dando início à dualidade da Justiça no Brasil.

Em 05.11.1918 foi aprovada a Consolidação das Leis Referentes à Justiça Federal (Decreto 3.084).

Após a Revolução de 30, a Constituição Federal imposta em 10.11.1937, que criou o Estado Novo, extinguiu a Justiça Federal. Acerca desse fato, cumpre observar os esclarecimentos trazidos pelo Juiz Federal José de Castro Meira, citado por Vladimir Passos de Freitas:

É oportuno observar que a Justiça Federal não sucumbiu apenas por mero capricho ou como resultado de uma decisão do Estado Autoritário que se instalava, sua extinção foi uma consequência de suas próprias deficiências. Dela tudo se criticava. Sua estrutura era imprestável. Era excessivamente lenta. As custas cobradas eram exorbitantes. Tudo isso dificultava em muito o acesso do cidadão ao Judiciário Federal. Além disso, os processualistas acentuavam que sua existência acarretava incerteza no ajuizamento das ações e contínuo aparecimento de conflitos. Disso se aproveitavam muitos advogados que conseguiam retardar o julgamento de feitos mediante a arquição de conflitos que deviam ser submetidos a julgamento pela Suprema Corte, logrando obter um retardamento na decisão dos processos, com sensível desgaste para o prestígio.²

² FREITAS, Vladimir Passos. *Justiça Federal: Histórico e evolução no Brasil*. Curitiba, Juruá, 2004, p. 37.

No período em que esteve extinta a Justiça Federal, as ações envolvendo interesses da União eram processadas pelos Juízes de Direito da Justiça dos Estados, sendo que os recursos interpostos nessas demandas eram julgados pelo Supremo Tribunal Federal que, em face do crescente número de recursos, gerou um acúmulo de processos que aguardavam, por prazo indeterminado, a solução das lides. Diante dessa situação, a Constituição Federal de 1946 previu a criação do Tribunal Federal de Recursos para julgar esses recursos contra sentenças proferidas em ações de interesses da União.

Em 20.10.1965, com a alteração do art. 94 da CF, proposta pelo Ato Institucional 2, foi reimplantada a Justiça Federal de 1ª instância, sendo que a Seção Judiciária do Distrito Federal foi a primeira a ser instalada, em 20.07.1967.

Ocorre que o Brasil, nos últimos 50 anos, tem experimentado rápidas mudanças sociais e estruturais, associadas a um crescimento econômico e populacional significativo. Ao longo desse tempo, o sistema jurídico vigente não foi dotado de recursos materiais e de pessoal à altura da demanda pelos seus serviços. Tampouco a organização institucional modernizou-se como os cidadãos almejam, acentuando-se, cada vez mais, a insatisfação da sociedade em relação à justiça, firmando a tão propalada crise do judiciário.

Assim, atento à necessidade de facilitar o acesso à justiça brasileira e torná-la mais célere, em face da crescente busca por prestação jurisdicional e da limitação material e de pessoal, o constituinte de 1988, no artigo 98, I, previu a criação dos Juizados Especiais nas esferas civil e criminal, sendo que em 26.09.1995 foi publicada a Lei 9.099 que efetivou o comando constitucional.

Por sua vez, a EC 22/1988 previa a criação de Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal. Entretanto, sua viabilidade era questionada, em face da dificuldade de formalização de acordo com as Pessoas Jurídicas de Direito Público, motivo pelo qual somente em 12.07.2001 foi publicada a Lei 10.256, que criou os Juizados Especiais Federais, entrando em vigor em 13.01.2002.

O Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal foi instituído em abril de 2002. Nesse primeiro momento, para sua operacionalização, não foram criadas novas Varas, nem novos cargos de Juízes e servidores, o que exigiu a redistribuição de pessoal, em alguns casos sem prejuízo de suas atribuições

normais, sacrificando as Varas Federais, já sobrecarregadas. Além disso, a falta de estrutura física e de pessoal próprios prejudicou o funcionamento dos Juizados Especiais Federais, que não conseguiam cumprir seus objetivos de celeridade, simplicidade e acessibilidade.

A fim de solucionar esses problemas, foram instaladas, em 2004, duas Varas de Juizado Especial, com quadro próprio de pessoal e estrutura física adequada, sendo que, em 2005, foram criadas mais 2 novas Varas Federais.

Concomitantemente, foi implantado em junho de 2003 o sistema virtual, para processamento das demandas em curso no Juizado Especial Federal, objeto de estudo deste trabalho.

2 SISTEMA VIRTUAL NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2.1 Origem

Como visto, diante da histórica lentidão da máquina judiciária, especialmente a relacionada à Justiça Federal, que eterniza as ações, vivemos a necessidade de utilização de novas alternativas para agilizar o processamento das demandas.

É de se ter em conta que o art. 37 da CF estatui que o serviço oferecido pelo Poder Executivo, Legislativo e pelo Judiciário deve ser eficiente, sendo que, no âmbito do Poder Judiciário, será eficiente se for prestado de forma rápida e de qualidade; ao contrário, a morosidade traduz-se em ineficiência do serviço. Dessa forma, é obrigação do Estado encontrar soluções para a lentidão no processamento das ações.

A preocupação com a celeridade do processo encontra-se evidenciada, ainda, pelo art. 5º, LXXVIII da CF, incorporado ao texto constitucional pela EC 45/2004 (Reforma do Judiciário), que prevê como direito fundamental a duração razoável do processo, seja judicial, seja administrativo, bem como meios que garantam a celeridade de sua tramitação, partindo-se da premissa de que justiça tardia não é justiça, mas sim, injustiça.

Com o avanço da tecnologia, os computadores e a *internet* passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros, que os utilizam para fazer compras, ler notícias, votar, elaborar e entregar a Declaração de Imposto de Renda, se

comunicar, realizar pesquisas, obter certidões de órgãos públicos, entre um universo de outras possibilidades.

A atividade judiciária não pode fechar os olhos para essa realidade, devendo procurar meios de se adaptar aos novos padrões, deixando de lado técnicas procedimentais ultrapassadas para abrir espaço para a utilização da informática também para a tramitação do processo judicial.

Atentos ao comando constitucional de prestação de serviço público eficiente e a busca de meios que garantam a celeridade da tramitação processual, à explosão das demandas judiciais, aos limitados recursos materiais e pessoais do Judiciário, especialmente da Justiça Federal, à clientela de baixa renda que procura os Juizados Especiais Federais e que muitas vezes dependem do resultado da ação para sobreviver, bem como à possibilidade de utilização da informática como aliada da atividade judiciária, foi idealizado o sistema virtual pela Seção Judiciária do Distrito Federal, seguindo a experiência pioneira do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Esse sistema foi elaborado tendo como base os princípios norteadores dos Juizados Especiais, previstos no art. 2º da Lei 9.099/95, quais sejam, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, visando racionalizar os serviços judiciários, mediante o intensivo emprego da informática.

Na Justiça Federal e, em especial no Juizado Especial Federal, existe uma grande quantidade de causas estereotipadas, normalmente já decididas pelos Tribunais Superiores, que atingem um grande número de cidadãos e se multiplicam, sendo responsáveis pela sobrecarga de processos que possuem o mesmo objeto, quais sejam, a revisão de expurgos inflacionários, de benefícios previdenciários e de depósitos de FGTS, dentre outros.

O sistema virtual pretende trazer celeridade para o processamento de todas as ações ajuizadas no Juizado Especial Virtual, mas, especialmente para esse tipo de causa de massa.

2.2 Características e funcionamento do sistema virtual

De acordo com a Cartilha do Juizado Virtual, disponível no sítio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, colhe-se que o procedimento inicial do processo eletrônico no Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal resume-se em:

A petição inicial e os documentos trazidos pela parte são escaneados e gravados no banco de dados, com a devolução dos originais. Se a parte não trazer a petição inicial, essa será atermada, sendo também gravada no banco de dados. As partes são cadastradas e o atermador “autua” o processo com número gerado pelo sistema, nele juntando a petição inicial e os documentos escaneados. O processo é distribuído e o atermador agenda a data e o horário da audiência de conciliação (o próprio computador busca para o servidor a próxima data de audiência). Se necessário, será agendada a perícia.

Assim, se a petição inicial for elaborada pelo atermador, o documento será gravado diretamente no banco de dados do sistema virtual, mas, caso contrário, a petição inicial e os documentos da parte serão escaneados, para posterior distribuição. Os documentos poderão, ainda, ser escaneados pelo próprio advogado, que se responsabiliza pela autenticidade, e ser enviados junto com a petição inicial pela *internet* (sistema denominado e-proc).

Após a inserção no sistema da petição inicial e seus documentos, conforme elucida o Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira, o passo seguinte consiste em:

Na operação do sistema, a primeira tela que surge é a de cadastramento do processo, onde serão registrados a classe da ação, valor da causa, assunto. Na mesma tela, o atermador deverá assinalar a ocorrência de eventos que influenciarão o andamento do processo, tais quais a existência de pedido de tutela antecipada, participação do Ministério Público Federal, cuidar-se de processo de maior de 65 anos ou que corre em segredo de justiça (caso em que o software bloqueia sua visualização para pessoas estranhas ao feito). Esse cadastro é de extrema importância, pois suas informações serão utilizadas durante toda a vida do processo, quando da montagem automática de documentos pelo computador.³

³ OLIVEIRA, Bruno Augusto Santos. Juizado Virtual: o deslocamento do centro de gravidade ontológico do processo-papel para a problemática da eficiência da Justiça. **Revista do Tribunal Regional Federal – Primeira Região**, 11/2004, n. 11, p. 20.

A tramitação dos autos é feita de forma totalmente eletrônica, por meio de diretórios virtuais que indicam a situação em que o feito se encontra. É designado um servidor responsável pelo controle da concessão de permissões para que os demais servidores pratiquem ou não determinados atos no sistema virtual.

Após a distribuição, o processo é enviado eletronicamente para a Secretaria da Vara, para que encaminhe os autos para citação, caso não seja necessária nenhuma outra diligência saneadora.

A fim de dar efetividade à Lei 10.259/01, que expressamente prevê a possibilidade de os Tribunais organizarem o serviço de intimação das partes por meio eletrônico, a teor do disposto no seu artigo 8º, § 2º, foi editada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a RESOLUÇÃO/PRESI 600-13 de 19/12/2006, que trata da implantação do sistema e-cint, utilizado para a citação e intimação eletrônica na *web*.

De acordo com essa Resolução, o e-Cint é um sistema facultativo, cabendo ao interessado (partes, advogados e procuradores de entes públicos) cadastrar-se previamente no sistema, mediante preenchimento e envio de termo de adesão disponível na Seção Judiciária.

Para garantir a preservação da segurança do sistema, dos usuários e do sigilo dos dados, ao aderirem ao e-Cint, os usuários cadastrarão senha própria, que permitirá acessar e consultar as respectivas citações e intimações em *link* específico inserido no e-sítio do TRF - 1ª Região, sendo que, tratando-se de procuradores de entidades públicas, haverá, primeiramente, o cadastro e adesão da entidade pelo usuário master, através de ofício dirigido à Coordenação dos Juizados Especiais Federais no TRF - 1ª Região. Nesse caso, o usuário master indicará quem poderá atuar no sistema, conforme módulo específico atualmente em uso pelas entidades.

Com a adesão, os interessados se responsabilizam por acessar o sistema para verificar se há citação ou intimação. As citações e/ou intimações daqueles que aderiram ao sistema serão feitas através do sítio do TRF - 1ª Região, no *link* Judicial – Citação e Intimação eletrônica, e serão consideradas realizadas, independentemente de acesso, dez dias após incluída a decisão no e-sítio.

A consulta poderá ser efetuada em qualquer dia, hora ou local mediante acesso à página oficial do TRF - 1ª Região, além do que, nas demandas que versem sobre o mesmo objeto, a parte poderá peticionar em lote, o que importa em inequívoco benefício aos jurisdicionados.

Cumpre enfatizar que constará na tela a data de início e término do prazo para resposta em cada processo.

O envio de documentos é realizado pelo sistema e-proc, acessado também pelo sítio do TRF – 1ª Região, que gera um protocolo informando o êxito do procedimento, podendo o usuário imprimi-lo para controle e eventual necessidade de comprovação.

Quanto à realização de audiência e de perícias, o próprio sistema disponibiliza o agendamento automático, dentro de parâmetros previamente definidos pelo magistrado ao qual foi distribuída a ação. As audiências exigem presença física das partes, mas podem ser gravadas em arquivos de áudio.

Realizada a citação e tomadas as diligências cabíveis para saneamento do feito, e não tendo as partes chegado a um acordo nos casos em que designada audiência de conciliação, poderá o Juiz sentenciar o processo em audiência ou em gabinete, arquivando o documento no banco de dados do sistema virtual, que, após ser registrado, se tornará inviolável e estará disponível, assim como as demais peças processuais, para visualização pelas partes através do sítio do Tribunal Regional Federal – 1ª Região. Havendo recurso, o processo será enviado também eletronicamente para a Turma Recursal.

Todas as peças processuais deverão ser assinadas eletronicamente. Para isso, o sistema conta com a captura eletrônica de assinaturas, que será feita através de canetas eletrônicas. Para os juízes e servidores, o sistema possui um cadastro de assinaturas gravadas com senhas criptografadas, sendo necessário apenas o usuário digitar a sua senha para que o documento selecionado seja assinado.

Garantindo a publicidade dos atos judiciais, as peças processuais podem ser visualizadas por qualquer pessoa através do sítio do TRF – 1ª Região, sendo que apenas os documentos pessoais têm acesso restrito às partes cadastradas ao processo.

Outra facilidade proporcionada pelo sistema é a confecção automática de documentos, utilizando as informações do processo gravadas no banco de dados. Dessa forma, basta selecionar o tipo de documento para criação, por exemplo, mandados, certidões, despachos, documentos para publicação, entre outros, e o próprio sistema preenche a peça com as informações de cada processo, tais como, número do processo, nome das partes e dos advogados e data.

Visando proporcionar maior segurança dos dados, para cada documento criado é gerado um código identificador único, além disso, esclarece o Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira:

*A segurança é garantida pela inviolabilidade externa dos documentos, registro de todos os atos do processo (mesmo os excluídos) com anotação do executante de cada um deles (inclusive com registro de data e hora do ato), bem como assinaturas digitais criptografadas, além de cópias de segurança regulares.*⁴

O sistema possui um banco de dados suficiente para suportar os arquivos a serem armazenados, estando, inclusive, preparado para o crescente número de demandas. Além disso, o Juizado Virtual possui um completo sistema de *backup* (cópias de segurança), visando à recuperação de qualquer informação que possa ser perdida, facilitando, especialmente, o penoso trabalho de reconstrução de autos perdidos ou extraviados.

O sistema foi desenvolvido de forma a permitir um constante aperfeiçoamento, possibilitando o implemento de alterações a fim de se adequar às experiências e sugestões dos operadores do direito, usuários e programadores do sistema. Tanto é assim que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região mantém um grupo permanente de programadores que, desde a implantação do sistema, realiza estudos a fim de constatar, planejar e implementar as mudanças necessárias para garantir uma melhor prestação jurisdicional por meio do processamento eletrônico, assegurando sempre a atualidade do sistema.

Recorra-se, mais uma vez, aos esclarecimentos do Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira, citando o artigo *Diffusion of Innovations*, (Rogers, E.M, 1995, The Free Press, New York), de que, levando-se em conta a natural resistência

⁴ Ob. cit., p. 20.

humana às novidades, o sistema JEF virtual foi elaborado e implementado atento aos seguintes parâmetros que determinam os índices de aceitação do novo:

1. *Relative advantage, que é o grau de percepção da inovação como melhor que a idéia substituída. Pode ser aferido por parâmetros econômicos, mas sua influência social, conveniência e satisfação são também fatores importantes. Assim, não importa tanto se uma inovação encerra objetivamente grande vantagem sobre a realidade suplantada, mas se o indivíduo distingue a novidade como vantajosa. Quanto maior essa percepção, mais rápido será seu índice de aceitação.*
2. *Compatibility, que é o grau no qual uma inovação é vislumbrada como coerente com os valores existentes, experiências passadas e necessidades dos potenciais adotantes da novidade. Isso porque a adoção de uma inovação incompatível freqüentemente demanda prévia adoção de um novo sistema de valores, processo significativamente lento.*
3. *Complexity, ou intensidade pela qual uma inovação é vista como difícil de entender e utilizar: as novidades mais simples são aceitas mais rapidamente.*
4. *Triability é a possibilidade de aprendizado e utilização gradual da novidade, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada usuário, o que torna mais fácil sua assimilação.*
5. *Observability, que é o grau de visibilidade dos resultados positivos da novidade. Quanto mais fácil ver os resultados, maior a probabilidade de aceitação e utilização.⁵*

Por fim, cumpre ressaltar que o *software* “Juizado Virtual: Justiça Real” foi devidamente depositado no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.⁶

2.3 Dados estatísticos

Antes de iniciar a análise dos dados estatísticos, convém esclarecer que desde a implantação do sistema virtual no Juizado Especial Federal da 1ª Região em 2003 a distribuição dos processos físicos foi gradativamente reduzida, sendo que somente no corrente ano houve a interrupção da distribuição dos processos físicos.

Dessa forma, embora seja possível ter uma idéia acerca dos avanços obtidos desde a implantação do sistema, não há ainda parâmetros comparativos suficientes para se chegar a uma conclusão precisa e definitiva, o que somente será

⁵ Ob. cit., p. 20.

⁶ OLIVEIRA, Bruno Augusto Santos. Ob cit. p. 23.

possível a partir dos próximos anos, com a interrupção da distribuição e, paulatinamente, com a extinção de processos físicos em tramitação.

De acordo com as informações obtidas no sítio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no *link* da Corregedoria, colhem-se os seguintes dados relativos aos processos distribuídos, em tramitação e sentenciados no Juizado Especial Federal Cível, sendo considerados tanto os processos físicos quanto os virtuais⁷:

	JEF Cível			JEF Cível Virtual		
	Em tramitação *	Distribuídos	Sentenciados	Em tramitação *	Distribuídos	Sentenciados
06/2003 a 12/2003	18.004	6.438	9.779	259	9.294	1.474
2004	19.059	10.263	15.683	10.017	19.380	11.992
2005	20.409	39.217	26.195	27.912	17.808	22.842
2006	28.149	19.352	37.200	29.285	18.436	10.701
01/2007 a 09/2007	13.271	428	9.078	37.086	9.233	10.436

* Início do período

Inicialmente, verifica-se que nesse período inicial de implantação do sistema virtual ainda correrão em paralelo ao processo digital os autos em papel, que seguirão seu curso por este meio até o final arquivamento.

Constata-se, ainda, que o número de processos distribuídos no Juizado Especial Federal Cível cresceu vertiginosamente de 2003 até o presente ano, pelo que, em se mantendo essa tendência, em curto espaço de tempo atingiria seu limite, deixando de atender com eficiência às ações que lhe são propostas.

Assim, a implantação do sistema virtual foi a alternativa encontrada por seus idealizadores para proporcionar condições para que os Juizados Especiais acompanhem esse aumento das demandas ajuizadas nos últimos anos, a fim de manter a prestação do serviço jurisdicional com presteza e qualidade.

De se ter em conta que houve, no período, um significativo aumento do número de magistrados e servidores, uma vez que em 2004 o 1º Juizado Especial

⁷ <http://www.trf1.gov.br/Setorial/Coger/>

Federal da 1ª Região foi substituído pelas 23ª e 24ª Varas Federais, sendo que no ano de 2005 foram criadas mais 2 Varas de Juizado Especial (25ª e 26ª).

De acordo com dados obtidos pelo Recursos Humanos da Seção Judiciária do Distrito Federal, o quadro atual de pessoal das Varas de Juizado Especial Federal é composto por: a) 14 servidores, sendo 5 analistas processuais e 9 técnicos judiciários; e b) 2 magistrados.

Embora o número de pessoal ainda seja considerado baixo comparado à quantidade de processos em tramitação, os dados colhidos denotam que, aliado às benesses garantidas pelo uso da informática, que promovem economia de tempo e de recursos humanos, acelerando significativamente o andamento dos feitos, foi possível suprimir as deficiências geradas pelo aumento das ações, logrando manter um equilíbrio entre os processos distribuídos e sentenciados, diminuindo o acúmulo anual de processos.

Analisando comparativamente a estrutura dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região com a implantação do sistema virtual, o Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região José Eduardo Santos Neves traz, ainda, os seguintes dados:

(...) apenas para efeitos comparativos, considere-se que a Lei 10.772, de 21 de novembro de 2003, que aprovou a criação de 183 Varas Federais, estabelece 3.500 processos como a média ideal para cada vara, cada uma com dois Juízes e 20 servidores. Isto significaria, caso os Juizados da 3ª Região obedecessem ao modelo clássico de varas, para 1.000.000 de processos – como aproximadamente ora ocorre – seria necessária uma estrutura de 285 varas, 570 Juízes e 5.700 servidores; quando na realidade o modelo adotado, substituindo o meio papel pelo meio eletrônico, permite a tramitação desse volume com cerca de 18 Juízes e 120 servidores, e em prazo pouco superior a seis meses, estimativa que não suporta comparação com a realidade das varas convencionais.⁸

De fato, a quantidade de 155.380 processos sentenciados de 06/2003 a 09/2007 é um marco considerado impraticável pelo sistema tradicional por si só, especialmente considerando a dicotomia existente entre o vertiginoso aumento do número de processos e a estrutura material e humana praticamente estanque.

⁸ NEVES, José Eduardo Santos. *Os Juizados Especiais Federais de São Paulo revisitados*. **Revista do Advogado**, São Paulo, 2004, n. 80, p. 43.

Além da maior agilidade na prestação do serviço, percebe-se também uma sensível redução dos gastos públicos com a eliminação dos autos de papel.

A propósito, cumpre trazer à baila os cálculos realizados pelo Juiz Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira, em seu estudo sobre a implantação dos Juizados Virtuais na 5ª Região, que bem exemplifica a economia trazida pela utilização dos autos virtuais na tramitação de 10.000 processos⁹:

Item	Especificação	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
1	Capa de processo	10.000	R\$ 1,95	R\$ 19.500,00
2	Etiqueta para autuação	20.000	R\$ 0,01	R\$ 280,00
3	Etiqueta de código de barras	20.000	R\$ 0,01	R\$ 60,00
4	Grampo trilho (fixador de processo)	10.000	R\$ 0,04	R\$ 400,00
5	Papel tamanho A4 (H"14 folhas p/ processo)	140.000	R\$ 0,02	R\$ 3.360,00
6	Toner para impressora laser (cartucho)	17	R\$ 619,50	R\$ 10.531,50
7	Fotocópia	90.000	R\$ 0,06	R\$ 5.580,00
8	Confecção de carimbos	18	R\$ 7,65	R\$ 137,70
VALOR TOTAL A SER REDUZIDO				R\$ 39.849,20

Cumpre ressaltar que este resultado da economia gerada pela supressão do uso de papel, repercute, inclusive, na preservação ambiental.

Por fim, de acordo com demonstrativos internos não publicados, elaborados pela equipe de informática do TRF – 1ª Região, através de dados colhidos entre 01/01/2003 e 31/12/2005, verifica-se que, embora tenha se intensificado a procura pelos Juizados Especiais Federais Cíveis, o tempo médio entre a distribuição e a prolação da sentença diminuiu, sem que fossem retiradas das partes as garantias do devido processo legal, como a ampla defesa e o

⁹ MOREIRA, Rogério de Meneses Fialho. *A implantação dos Juizados Especiais Virtuais na 5ª Região*. Revista **ESMAFE**, Recife/PE, 2004, n. 7, p. 51.

contraditório. Nos termos da tabela abaixo, pode-se conferir o percentual médio de processos sentenciados em até 1 ano após a distribuição, no citado período:

Ações Tributárias	97,80%
Concessão de benefício previdenciário	93,60%
Revisão de benefício previdenciário	93,90%
Previdenciárias – Outras	71,26%
Serviços Públicos	79,80%
FGTS	87,40%
Financiamento Habitacional	71,90%
Outras ações cíveis	91,80%

*No período de 01.01.2003 a 31.12.2005

Como se observa, em face da recente realidade virtual e considerando que o sistema virtual foi implantado em 2003 como projeto-piloto na 1ª Região, estando ainda em desenvolvimento, são escassos e irregulares os dados relativos ao processo eletrônico, a justificar a tímida e não conclusiva análise aqui realizada, que poderá ser utilizada como parâmetro para futuros exames comparativos.

3 COMENTÁRIOS À LEI 11.419/2006

O processo virtual virou realidade antes mesmo de sua regulamentação legal, já que a Lei 11.419, que dispõe sobre a informatização do procedimento judicial somente foi publicada em 20.12.2006, entrando em vigor em 20.03.2007.

Da leitura de suas disposições percebe-se que o legislador cuidou de regulamentar esse novo processo consolidando regras já desenvolvidas e utilizadas por alguns Tribunais.

Ressalte-se que essa Lei é considerada modernizadora, na medida em que é pioneira a tratar do processo eletrônico, tendo sido muito debatida a sua viabilidade, abrangência, segurança jurídica e a possibilidade de suas disposições estarem sempre atualizadas, em face das constantes inovações tecnológicas, para evitar que se tornasse ultrapassada antes mesmo de sua publicação.

Feitas essas considerações iniciais, passo ao exame do seu regramento.

A nova sistemática está dividida em quatro capítulos: I – Da informatização do processo judicial, II – Da comunicação eletrônica dos atos processuais, III – Do processo eletrônico e IV – Disposições finais.

Capítulo I – Da Informatização do Processo Judicial

A Lei em comento faculta aos órgãos do Poder Judiciário a implantação de mecanismos eletrônicos de prestação jurisdicional, no âmbito cível, penal, trabalhista, bem como aos Juizados Especiais, em qualquer grau de jurisdição. Entretanto, é de se destacar que, conforme analisado nos capítulos anteriores,

embora não seja imposição legal, é inevitável sua utilização, em face da realidade da sociedade brasileira, que constantemente se utiliza da tecnologia da informática e dos benefícios daí advindos.

Capítulo II – Da comunicação eletrônica dos atos processuais

Capítulo III - Do processo eletrônico

As peças processuais poderão ser enviadas pelas próprias partes por meio da *internet*, dispensando a utilização do cartório para distribuição das petições iniciais e dos demais protocolos de petições.

Na hipótese de falha no sistema de envio de peças processuais, o prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema. Além disso, se por motivo técnico não for possível o uso de meio eletrônico para a comunicação dos atos processuais, poderão ser utilizados os métodos tradicionais.

Atento à realidade brasileira, em que apenas uma pequena parcela da população possui acesso a computador conectado à *internet*, o legislador exigiu que os órgãos do Poder Judiciário mantenham equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados.

A despeito da Lei 9.800/99, que exige a juntada dos originais das peças enviadas por meio de fax, inovou a Lei 11.419/06 ao dispor que os documentos digitais e digitalizados juntados aos processos eletrônicos serão considerados originais para todos os efeitos legais. Entretanto, por cautela, dispõe que os originais dos documentos digitalizados *deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença, ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.*

É possível que os documentos não possuam boa resolução quando digitalizados, ou que seja inviável a digitalização em face do grande volume de papéis. Nessa situação, os documentos deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio da petição eletrônica comunicando esse fato. Após o trânsito em julgado, os originais serão devolvidos à parte.

Para finalizar as normas pertinentes à digitalização dos documentos, determina a Lei sob comento que, a fim de preservar as partes, os documentos

digitalizados juntados ao processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso pelas respectivas partes e pelo Ministério Público. Os demais documentos que instruem o processo poderão ser visualizados por quaisquer usuários, salvo nas hipóteses de sigilo e segredo de justiça.

Poderá também ser realizada eletronicamente a remessa dos autos a outros juízos, desde que o destinatário possua sistema compatível, caso contrário, será necessária a impressão dos autos antes da remessa.

Por fim, preocupou-se a Lei com a segurança do sistema virtual, dando ênfase a normas que visam proteger os processos eletrônicos por meios de segurança de acesso, armazenamento e integridade dos dados.

Capítulo IV – Disposições Gerais e Finais

Da leitura do art. 14 da Lei 11.419/2006, constata-se que o legislador determinou a utilização de determinado *software* para operacionalização do sistema virtual, conforme esclarece Leopoldo Fernandes da Silva Lopes:

*Trata-se, pois, da obrigação de se utilizar o chamado software livre ou até mesmo software proprietário, mas com código-fonte aberto. A razão envolve diversos fatores positivos, tais como redução de gastos com licenças periódicas, maior estabilidade, resolução de problemas pelos próprios servidores públicos devidamente capacitados para tanto, e o principal: a possibilidade de padronização do sistema entre os Tribunais nacionais, bem como os superiores, de forma a facilitar a interoperabilidade entre os órgãos.*¹⁰

Cuidou, ainda, o citado autor, de elucidar os seguintes conceitos relacionados ao tema:

Software Livre (Free Software) é o software disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo. Em especial, a possibilidade de modificações

¹⁰ LOPES, Leopoldo Fernandes da Silva. *Processo e Procedimento Judicial Virtual – Comentários à Lei 11.419/06 e suas Importantes Inovações*. **Revista Jurídica**, ano 55, março de 2007, n. 353, p. 72.

implica que o código fonte esteja disponível. Se um programa é livre, potencialmente ele pode ser incluído em um sistema operacional também livre. É importante não confundir software livre com software grátis, porque a liberdade associada ao software livre de copiar, modificar e redistribuir independe de gratuidade. Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente mas que não podem ser modificados, nem redistribuídos. Por outro lado, existe a possibilidade de uso não-gratuito em todas as categorias listadas no que segue. Há uma cópia da definição de software livre pela Free Software Foundation publicada na página <http://www.fsf.org/philosophy/free-sw.pt.html>.

Software proprietário é o software registrado sob direitos autorais, o qual poderá ser de código fechado ou aberto. Neste último caso, somente com a autorização do desenvolvedor poderá ser alterado, com o pagamento de licença ou não.

O art. 16 dispõe que os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico, abolindo os antigos livros de registro que tanto tempo consumia dos servidores.

Respeitando os procedimentos já em andamento pelos Tribunais do país, ressaltou o legislador que os atos praticados com a utilização de sistemas processuais eletrônicos já criados por alguns Tribunais ficam convalidados até a publicação da Lei 11.419/06, desde que tenham atingido sua finalidade e não resultar prejuízo às partes.

Além disso, levando em consideração os sistemas já implementados, bem como as diferenças decorrentes da dimensão continental de nosso país, verifica-se que a Lei não impôs a uniformização da utilização dos meios eletrônicos, sendo possível que cada Tribunal regule a matéria em seu Regimento Interno, tendo como parâmetro os procedimentos básicos trazidos pela citada Lei.

Alterações no Código de Processo Civil

Por fim, impõe registrar que as regras da Lei 11.419/06 importaram em alteração de dispositivos do Código de Processo Civil, quais sejam:

(a) Art. 38 - trata da procuração *ad judicia*: acrescentou o parágrafo único ao art. 38, autorizando as partes a assinarem digitalmente a procuração utilizando certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.

(b) Art. 154 – trata dos atos e termos processuais que não dependem de forma prescrita em lei: foi inserido o § 2º, que prevê que *todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.*

(c) Art. 164 – introduziu o parágrafo único, para possibilitar que os juízes assinem eletronicamente os atos decisórios.

(d) Art. 169 – transformou o antigo parágrafo único em § 1º e inseriu os §§ 2º e 3º, que dispõem, respectivamente:

§ 2 Quando se tratar de processo total ou parcialmente eletrônico, os atos processuais praticados na presença do juiz poderão ser produzidos e armazenados de modo integralmente digital em arquivo eletrônico inviolável, na forma da lei, mediante registro em termo que será assinado digitalmente pelo juiz e pelo escrivão ou chefe de secretaria, bem como pelos advogados das partes.

§ 3 No caso do § 2º deste artigo, eventuais contradições na transcrição deverão ser suscitadas oralmente no momento da realização do ato, sob pena de preclusão, devendo o juiz decidir de plano, registrando-se a alegação e a decisão no termo.

(e) Art. 202 – o § 3º prevê a possibilidade de expedição de carta de ordem, carta precatória ou rogatória por meio eletrônico, devendo a assinatura do juiz ser também eletrônica.

(f) Art. 221 e 237 – autorizam a citação e a intimação de forma eletrônica, conforme regulamentação em lei própria.

(g) Art. 365 – dispõe que possuem a mesma força probante dos originais: os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, e as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular. Além disso, determina que os documentos digitalizados sejam preservados pelo seu detentor até o final do prazo para interposição de

ação rescisória, podendo o juiz determinar o depósito em cartório sempre que houver relevância ou se tratar de título executivo judicial.

(h) Art. 399 – o Juiz, ao requisitar às repartições públicas as certidões necessárias à prova de alegação das partes, bem como procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados a União, os Estados e os Municípios, e suas respectivas entidades de administração indireta, pode extrair no prazo máximo e improrrogável de 30 dias certidões ou reproduções fotográficas das peças indicadas, devolvendo-as em seguida. Poderão, ainda, as repartições públicas fornecer por meio eletrônico os documentos requisitados, certificando, pelo mesmo meio, que são extratos fiéis do que consta em seu banco de dados.

(i) Art. 417 – transformou o antigo parágrafo único em § 1º e acrescentou o § 2º, que passou a prever expressamente a possibilidade de depoimento registrado eletronicamente, já previsto pelo *caput*, quando menciona *outro método idôneo de documentação*.

(j) Art. 457 – permite que, tratando-se de processo eletrônico, o termo de lavratura de audiência seja assinado eletronicamente pelas partes e pelo Juiz, podendo ser diretamente vinculado ao processo eletrônico, sem necessidade de impressão para posterior digitalização.

(k) Art. 556 - foi incluído o parágrafo único, que possibilita a assinatura, registro e o arquivamento eletrônico dos votos, acórdãos e demais atos da 2ª instância.

Além disso, de se ter em conta que cumpre ao magistrado enquadrar os institutos modernos nas disposições dos normativos antigos, sem a necessidade de alteração do texto legal, a fim de acompanhar as evoluções da tecnologia, implementadas no sistema judiciário.

CONCLUSÃO

Diante das questões postas em exame no âmbito do presente ensaio é possível extrair as seguintes conclusões acerca da implantação do sistema virtual no âmbito dos Juizados Especiais Federais Cíveis da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O sistema virtual foi implantado para atender à explosão de demandas ajuizadas no Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a fim de manter a prestação do serviço jurisdicional com presteza e qualidade.

Constata-se que a nova metodologia foi implementada ainda em desenvolvimento, tendo sofrido, desde então, sucessivas melhorias, buscando o aprimoramento constante do sistema, contando o Tribunal Regional Federal da 1ª Região com uma equipe permanente de técnicos em informática responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção do programa.

Como é sabido, implantar novos sistemas não é tarefa fácil, tendo o sistema virtual enfrentado diversas dificuldades para sua implementação, especialmente as relativas à(s):

(1) resistência natural que emerge das inovações, notadamente quando se refere à informática, dificultando a mudança dos comportamentos arraigados do dia-a-dia dos operadores do Direito e da sociedade. Nesse contexto, de se destacar a elevada influência das tradições jurídicas sobre o pensamento dos juristas;

(2) dificuldades dos usuários em se familiarizar com as inovações tecnológicas, conforme observa o Professor MARCACINI:

“O que fará com que, certamente por alguns anos, ainda não ocorra esta substituição do papel é o fator cultural. Ensinar os milhares de juízes, advogados, promotores e auxiliares da justiça a operar a criptografia adequadamente, e de forma segura, é, sem sombra de dúvida, a mais difícil e custosa tarefa a cumprir em direção à total informatização do Judiciário, que será culminada com a eliminação drástica do volume de papel utilizado.”¹¹

(3) dificuldade em implementar mudanças na organização e funcionamento das Varas.

Não obstante os obstáculos enfrentados, pode-se enumerar os seguintes benefícios trazidos pelo sistema virtual:

(1) padronização de procedimentos e simplificação das etapas de andamento processual, garantindo maior celeridade ao trâmite processual, sem afastar as garantias do devido processo legal;

(2) diminuição de erros procedimentais que geram a nulidade do processo, uma vez que é possível programar o sistema com os procedimentos judiciais (prazos, fases...);

(3) otimização de recursos humanos, garantida pela eliminação de movimentação física do processo e a diminuição do tempo gasto com tarefas burocráticas, que, ou são dispensadas ou são realizadas pelo próprio sistema, permitindo o aproveitamento do tempo para serviços mais elaborados de administração e tipicamente jurídicos;

(4) otimização de espaço físico, ainda mais considerando-se que em curto espaço de tempo não haveria mais lugar para armazenar os processos arquivados e em trâmite;

(5) adequação às exigências ecológicas atuais;

(6) maior publicidade, garantida pelo livre acesso à informação processual pela *internet* para toda a sociedade. A propósito, conclui SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, ao elencar os benefícios do novo processo:

¹¹ MARCACINI, Augusto Tavares. *O Custo e o Tempo do Processo Civil Brasileiro*, **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, n. 37, 2002, p. 80.

Além de combater a morosidade processual, o processo virtual ainda melhora o acesso à Justiça e a transparência do Poder Judiciário. Isso porque o processo eletrônico pode ser manejado em horário integral, isto é, as portas da Justiça estão sempre abertas para o jurisdicionado.”¹²

(7) maior facilidade para o ajuizamento e acompanhamento das ações, com a redução de custos e tempo para os advogados e as partes, que não precisarão mais se locomover até a sede dos Juizados Especiais para ajuizar e acompanhar uma demanda judicial, bem como para protocolizar petições, já que tais procedimentos poderão ser realizados de qualquer local que possua acesso à *internet*. Elimina-se, assim, os inconvenientes relativos ao trânsito, estacionamento, espera em filas, risco de seu processo não ser encontrado naquele momento, além de outros contra-tempos.

Além disso, os serventuários da Justiça se livrarão das excessivas filas nos balcões e das constantes interrupções no serviço diário para atendimento ao público e procura por processos, sobrando mais tempo para trabalhar internamente na movimentação procedimental dos feitos.

(8) ambientes de trabalho mais saudáveis, com a eliminação dos processos empilhados pelas salas;

(9) Redução de custos para o Tribunal com papel, impressora, *toner*, espaço físico, mobiliário, entre outros.

Feitas essas considerações, ousou apontar algumas sugestões para atenuar as dificuldades enfrentadas e garantir um melhor funcionamento do sistema virtual, especialmente nesse momento inicial de implantação:

(1) estimular a iniciação dos operadores do direito à informática e a regular atualização, com o apoio das instituições de classe (ordem dos advogados, associação dos magistrados...);

(2) procurar que os sistemas de acesso ao sistema e à *internet* sejam simplificados, não se exigindo grandes conhecimentos em informática para sua operacionalização;

¹² GARCIA, Sérgio Renato Tejada. *Processo Virtual: uma solução revolucionária para a morosidade*. In www.cnj.gov.br/publicacoes/artigos.

(3) completa automação das Varas Federais, para melhor aproveitamento das potencialidades do sistema virtual;

(4) constante investimento do Poder Judiciário para desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema, especialmente no que diz respeito à segurança do programa;

(5) avanço hermenêutico, a fim de que os operadores do direito passem a adaptar a interpretação dos dispositivos legais à nova realidade social;

(6) implantação de uma política de segurança da informação, constantemente atualizada, capaz de preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, com sistema de controle aptos a prevenir fraudes e erros;

(7) treinamento adequado dos usuários do sistema, renovado regularmente, em face da rotatividade dos operadores do direito em exercício nos Juizados Especiais Federais, bem como em face das alterações promovidas no sistema;

(8) implantação de estrutura eficaz para atender e esclarecer os jurisdicionados dos Juizados Especiais Federais, principalmente os desassistidos e digitalmente excluídos;

(9) especial atenção às reclamações e sugestões dos usuários, a fim de direcionar e aperfeiçoar o sistema.

Por fim, é forçoso reconhecer que a utilização da informática no âmbito do Poder Judiciário e a virtualização dos processos é um caminho necessário e irreversível. Tanto é assim que o Conselho Nacional de Justiça possui um projeto que pretende fazer, até o ano de 2012, com que os processos tramitem somente por meio eletrônico.¹³

Além disso, convém ressaltar que o entusiasmo com a implantação do sistema não pode gerar expectativa de que todos os problemas operacionais do Poder Judiciário sejam imediatamente solucionados, pois, conforme analisado no presente trabalho, apesar dos evidentes benefícios trazidos pela utilização do

¹³ Tribunal Regional Federal da 1ª. Região. **Revista Destaque**. Ano VI nº 43 Janeiro de 2007. p. 05.

sistema virtual, melhores resultados serão obtidos a médio e longo prazo, quando o programa estiver mais aprimorado e os operadores do direito e a sociedade estiverem mais adaptados à concepção do processo virtual, bem como à forma de utilização do sistema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil*. São Paulo: Forense Jurídica, 2007.
- BEZERRA, Paulo Cesar Santos. *Acesso à Justiça – Um problema ético-social no plano da realização do direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BLUM, Renato M. S. Opice (org.). *Direito Eletrônico: a internet e os tribunais*. São Paulo: Edipro, 2001.
- LUCCA, Newton de; SIMÃO, Adalberto. *Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo: Edipro, 2001.
- FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. *Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- FREITAS, Vladimir Passos. *Justiça Federal: Histórico e evolução no Brasil*. Curitiba, Juruá, 2004.
- GRECO, Marco Aurélio. *Internet e Direito*, 2^o ed., São Paulo: Editora dialética, 2000.
- LIMA, Frederico O. *A Sociedade Digital*. Qualitymark, 2004.
- LOPES, Leopoldo Fernandes da Silva. *Processo e Procedimento Judicial Virtual – Comentários à Lei 11.419/06 e suas Importantes Inovações*. Revista Jurídica, ano 55, março de 2007, n. 353
- MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Direito e informática*. São Paulo: Forense, 2002.
- MOREIRA, Rogério de Meneses Fialho. *A implantação dos Juizados Especiais Virtuais na 5ª Região*. Revista ESMAFE, Recife/PE, 2004, n. 7.
- OLIVEIRA, Bruno Augusto Santos. *Juizado Virtual: o deslocamento do centro de gravidade ontológico do processo-papel para a problemática da eficiência da Justiça*. Revista do Tribunal Regional Federal – Primeira Região, 11/2004, n. 11.
- PECK, Patrícia. *Direito Digital*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *Nova fase do Direito Moderno*. Saraiva: 1998.

TAVARES, André Ramos; BASTOS, Celso Ribeiro. *As tendências do Direito Público no limiar de um novo milênio*. São Paulo: Saraiva, 2000.